



## A CRISE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: ASPECTOS TEÓRICOS EM DEBATE

Jéssica de Sousa Baldassarini <sup>1</sup>  
João Osvaldo Rodrigues Nunes <sup>2</sup>

### RESUMO

A crise da relação sociedade-natureza tem se consolidado como uma das maiores problemáticas da civilização moderna, enquanto expressão das contradições inerentes a este modelo de sociedade. Neste trabalho, esta crise será abordada em sua relação com outras, definidas por apresentarem aspectos importantes para entender como a sociedade concebe a natureza, estabelece suas formas de apropriação e legitima mecanismos de dominação e exploração. Estas crises foram denominadas de: crise do paradigma científico, crise ecológica e crise agrária. No que tange a crise do paradigma científico é importante considerar a construção do conhecimento na modernidade vinculada com contextos histórico-sociais que expressam o pensamento dominante, em um momento de fortalecimento do capitalismo, da expropriação de terras e da propriedade privada, em concomitância com uma concepção de natureza da disjunção, da separabilidade e do utilitarismo. Com relação a crise ecológica, ela expressa as contradições do processo de apropriação capitalista da natureza e do trabalho, enquanto produção da riqueza, por meio dos mecanismos de acumulação de capital (expropriação, apropriação e exploração). Por fim, a crise agrária indica as contradições de uma herança colonial no território brasileiro, da agricultura do latifúndio, da monocultura, dos conflitos e da degradação das pessoas e da natureza. Assim, pensar na superação das contradições da crise da relação sociedade-natureza perpassa por superar as contradições destas outras crises.

**Palavras-chave:** Relação sociedade-natureza, Crise do paradigma científico, Crise ecológica, Crise agrária.

### RESUMEN

La crisis de la relación sociedad-naturaleza se ha consolidado como uno de los mayores problemas de la civilización moderna, como expresión de las contradicciones inherentes a este modelo de sociedad. En este trabajo se abordará esta crisis en su relación con otras crisis, definidas por presentar aspectos importantes para comprender cómo la sociedad concibe la naturaleza, establece sus formas de apropiación y legitima los mecanismos de dominación y explotación. Estas crisis se denominaron: crisis del paradigma científico, crisis ecológica y crisis agraria. En cuanto a la crisis del paradigma científico, es importante considerar la construcción del conocimiento en la modernidad vinculado a contextos histórico-sociales que expresan el pensamiento dominante, en un momento de fortalecimiento del capitalismo, expropiación de tierras y de la propiedad privada, junto con una concepción de la naturaleza de la disyunción, la separabilidad y el utilitarismo. La crisis ecológica expresa las contradicciones del proceso de apropiación capitalista de la naturaleza y el trabajo, como producción de riqueza, a través de los mecanismos de acumulación de capital (expropiación, apropiación y explotación). Finalmente, la

<sup>1</sup>Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, FCT/UNESP, [jessika\\_baldassarini@hotmail.com](mailto:jessika_baldassarini@hotmail.com);

<sup>2</sup> Prof. Dr. do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, FCT/UNESP, [joao.o.nunes@unesp.br](mailto:joao.o.nunes@unesp.br).



crisis agraria indica las contradicciones de una herencia colonial en el territorio brasileño, la agricultura a gran escala, el monocultivo, los conflictos y la degradación del hombre y la naturaleza. Así, pensar en superar las contradicciones de la crisis de la relación sociedad-naturaleza implica superar las contradicciones de estas otras crisis.

**Palabras clave:** Relación sociedad-naturaleza, Crisis del paradigma científico, Crisis ecológica, Crisis agraria.

## INTRODUÇÃO

A crise da relação sociedade-natureza se constitui como uma das maiores problemáticas da civilização moderna, expressando as contradições inerentes a este modelo de sociedade<sup>3</sup>.

Estas contradições estão vinculadas com diferentes fatores, que versam desde uma concepção socialmente construída de natureza, mais recentemente articulada com a consolidação da ciência, enquanto pensamento dominante da sociedade moderna, até sua materialização nas formas de apropriação social, orientadas pelo modo de produção capitalista.

Esta lógica de produção tem representado a exploração intensiva da natureza e da sociedade, associados com uma racionalidade econômica antinatural, como também por formas de exploração e precarização da vida humana.

O trabalho tem como objetivo identificar como a crise da relação sociedade-natureza está relacionada com outras crises do modelo de sociedade moderna, definidas por apresentarem aspectos importantes para entender como a sociedade concebe a natureza, estabelece suas formas de apropriação e legitima mecanismos de dominação e exploração. Estas crises foram denominadas de: crise do paradigma científico, crise ecológica e crise agrária.

## METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos foram orientados pelo pensamento dialético, as contradições socioespaciais e pela ideia de crise (QUAINI, 1979; GOMES, 1996).

Ou seja, partiu-se da identificação dos padrões de reprodução das contradições socialmente e historicamente contextualizadas, que indicavam crises intrínsecas ao modelo de sociedade moderna e capitalista. Aqui, as contradições são entendidas como constituintes de crises que só podem ser superadas, por meio da superação das suas contradições.

---

<sup>3</sup> O presente trabalho faz parte das discussões da Tese de Doutorado da autora, com financiamento da FAPESP, intitulada: “As crises da relação sociedade-natureza: um diálogo em busca das (re)conexões”.



Ao trabalhar com a ideia de crises, nos referimos a crise enquanto um contexto que expressa um conjunto de processos e contradições que desencadeiam momentos de ruptura, mudança ou conflito. Ao mesmo tempo, a crise também pode indicar um estado de redefinições, reorganização e ressignificação.

## **APORTE TEÓRICO**

Na análise da crise do paradigma científico foi abordado como a concepção de natureza foi socialmente construída dentro da ciência moderna e como está articulada dois aspectos fundamentais. O primeiro se refere a legitimação das formas de apropriação da natureza pela sociedade e o segundo de como a crise da relação sociedade-natureza está relacionada com a crise do paradigma científico, caracterizado pela disjunção e fragmentação do conhecimento (SANTOS, 1988; MOREIRA, 2006).

Os questionamentos iniciais foram no sentido de identificar como foi construída esta externalidade da natureza, expressando processos que indicariam um “afastamento” entre a natureza e a sociedade, e quais mecanismos foram utilizados para legitimar este distanciamento.

Para Mosé (2018) este processo teria se iniciado com a consciência da maior contradição da vida, que é a morte. Esta consciência é tomada pelos seres humanos ao entenderem que a sua presença é provisória no mundo, que a vida é frágil e que o conhecer é uma necessidade para a sua manutenção. A consciência de uma vida provisória e instável teria impulsionado os humanos à cultura, no sentido de uma ação que intervém no mundo, transformando-o. Neste contexto, o conhecimento, enquanto um produto da linguagem e da consciência, passa a ser um aspecto importante neste processo de aprimoramento da interferência no mundo.

À medida em que houve um aprimoramento desta interferência, ela deixou de ser um modo potencializador da vida e passou a ser uma busca da sociedade por vencer e controlar a natureza. Assim, ao invés da criação de uma civilização em conexão com a natureza, criou-se uma sociedade que se afasta de tudo que a leva a encarar a vida enquanto fluxo, transformação e instabilidade, um desafio e um conflito que a humanidade não controla (MOSÉ, 2018).

Como consequência, a sociedade passa a substituir a experiência, a fluidez e a incerteza pelos signos, pelos modelos e pela representação. Aspectos que, fundamentados em um método, conferem estabilidade e racionalidade ao mundo. Para Mosé (2018) se o valor da vida teria sido o impulso do processo civilizatório, é o distanciamento da vida e, consequentemente da natureza, que caracteriza o seu fim, já que a busca por uma interação com a vida é substituída por uma civilização especializada em ideias, ficções e em ilusões constituídas por intermédio da razão.



Para Marx e Engels (2007) o processo de produção das ideias, das representações e da consciência estão relacionados com a atividade material dos sujeitos sociais, enquanto uma linguagem da vida material. A produção da ciência também está vinculada com a materialidade da vida social, com a modernidade enquanto situação histórica de uma racionalidade localizada e com as crises e contradições do pensamento, reflexo de um modelo de sociedade. Afinal, o discurso dominante é resultado como também reproduz as práticas e os interesses das classes dominantes (GOMES, 1996).

Estes elementos articulam a constituição da ciência e da modernidade como, uma ciência que se figura no cume da redistribuição de horizontes nos quais a modernidade está associada. Assim, “[...] a constituição da ciência se confunde a tal ponto com o nascimento da modernidade, que é difícil [...] pensar uma sem fazer referência à outra. O pensamento científico moderno é a própria essência da modernidade, sua testemunha mais eloquente” (GOMES, 1996, p.66).

Este contexto está relacionado com a constituição do pensamento da natureza. Um conceito ou ideia que já existia há muito tempo, porém, o corte entre a consciência conhecedora e o objeto deu um novo papel a esta noção.

No que se refere a crise ecológica partiu-se da perspectiva de como a natureza e a sociedade são exploradas no capitalismo. De forma geral, isso se traduz em uma lógica de transformar tudo em mercadoria, seja a terra, a água, o trabalho ou mesmo a vida (LOWY, 2013).

Uma mercadoria que se constitui como resultado do trabalho humano, do qual deriva seu valor de uso e de troca (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011). Assim, os valores de uso são nexos tanto do trabalho, como também da matéria natural. Ao produzir o indivíduo altera a forma da matéria, gerando valores de uso, e a natureza, ao constituir-se como a única fonte da riqueza material, também o faz. Ou seja, tanto o trabalho como a natureza se configuram nas fontes de riqueza e dos valores de uso e de troca (SMITH, 1984; MARX, 2011).

A apropriação destes elementos fundamentais de produção e atribuição de valor e riqueza no capitalismo se dá por meio de processos como a desvinculação dos sujeitos dos meios de subsistência e de produção. Esta desvinculação esteve articulada com mecanismos como a expropriação, o estabelecimento do regime de propriedade privada, a mercantilização e a exploração, tanto da natureza como da sociedade (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011).

No que se refere a crise agrária, o objetivo foi identificar como natureza e sociedade são exploradas na lógica da agricultura capitalista.



Conhecer para promover a agricultura foi um processo de enriquecimento e diversidade cultural, foi um processo de acúmulo de conhecimentos práticos e saberes alicerçados em diferentes matrizes de racionalidade, que foram transmitidos de geração em geração e que marcam características singulares, formadoras dos diferentes povos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A inserção da agricultura nas dinâmicas de mercado se deu por meio das revoluções agrícolas, associadas com o cercamento de terras, a expropriação dos meios de produção e a apropriação econômica da natureza e do trabalho. Estes aspectos configuraram a institucionalização da propriedade privada da terra e da exploração capitalista do solo (FOSTER, 2000; OLIVEIRA, 2007; SANTOS, 2015).

As abordagens acima tiveram como objetivo identificar como as principais contradições das crises do paradigma científico, da crise ecológica e da crise agrária se expressam e estão articuladas com a crise da relação sociedade-natureza. Todas elas estão associadas com um modelo de sociedade que se assenta, principalmente, na modernidade, na colonialidade e no capitalismo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observar as formas como a sociedade concebeu a natureza, principalmente dentro da modernidade e da constituição da ciência, indicam aspectos importantes sobre as contradições deste modelo de sociedade e da forma como são legitimadas os processos de expropriação, apropriação e exploração social da natureza.

Moreira (2006) vai abordar como se deu a construção social de natureza dentro da ciência moderna. Esta análise vai se iniciar com o processo de substituição de uma abordagem considerada de uma *natureza-divina* para uma *natureza-matemático-mecânica*. Esta oposição de uma perspectiva sobre a outra ocorreu no século XVIII, com a consolidação de um método experimental baseado em uma concepção de mundo objetiva.

Esta forma de abordagem teria resultado em uma dessacralização da concepção de natureza, ou seja, em um rompimento de sua abordagem nos moldes estabelecidos pela religião cristã. Aqui a natureza deixa de ser explicada por meio da fé e por uma perspectiva divina de seus processos, representada, por exemplo, pela visão geocêntrica, e passa a ser entendida como algo regido por leis naturais próprias, podendo ser submetida a medição, e, conseqüentemente, ter o seu “funcionamento” conhecido e controlado.

Esta visão de natureza esteve associada com um momento histórico de fortalecimento do capitalismo enquanto sistema econômico conectado com transformações importantes.



Dentre estas transformações tem-se o processo de cercamento de terras comuns por meio de ações de expropriação da população rural com a legitimação de sua posse através da propriedade privada (o que representou uma privatização da natureza e dos meios de produção), como também a consolidação da Revolução Industrial nos grandes centros urbanos da Europa, com o crescimento exponencial da população urbana (MOREIRA, 2006; MENDONÇA; KOZEL, 2009).

Este distanciamento intencional dos sujeitos que foram desprovidos de suas terras, constituiu-se em um dos mecanismos principais de externalização tanto da natureza como da força de trabalho, ao representar a desvinculação dos sujeitos que antes produziam diretamente de suas terras e que agora passam a depender a venda da sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades básicas (MOREIRA, 2006; MENDONÇA; KOZEL, 2009).

Estes processos de dessacralização e externalização da natureza vão se consolidar na ciência por meio da fragmentação do conhecimento e da dissociação do que é considerado natureza ou não.

Esta perspectiva de separação entre o natural e não natural é denominada por Moreira (2009) como uma *natureza-desumanizada*, ou seja, uma oposição bem definida entre tudo aquilo que pode ser mensurável e quantitativo e tudo aquilo que não possui existência objetiva. Neste momento, uma divisão dicotômica é estabelecida. A ideia de uma natureza mensurável se traduz em uma natureza que pode ser conhecida e controlada, uma natureza preditiva. Dando início aos fundamentos de uma filosofia que isola a natureza e a sociedade.

Até o Renascimento, o natural e o não-natural se entrecruzam, havendo entre ambos mil portas de entrada e saída. O natural pode ser a encarnação do sobrenatural e os acontecimentos acidentais e provocados por forças não-naturais. Com o advento da ciência moderna, a natureza passa a ser um campo de forças racionais e lógicas, separando-se rigidamente o natural do não-natural. A dessacralização é assim a passagem para a naturalização absoluta da natureza, sinônimo de desumanização, e a sua relação utilitária (MOREIRA, 2009, p.57).

A desumanização aparece como um dos principais resultantes deste processo, já que não seria possível conceber a natureza como um movimento mecânico tendo que contemplar ao mesmo tempo o homem, a sociedade. Portanto, a exclusão do homem do mundo físico é demarcada. “[...] A separação natureza-homem no plano geral da filosofia e a separação ciência-filosofia no plano específico do mundano significam fazer da natureza assunto da ciência, e do homem assunto da metafísica, efetivamente” (MOREIRA, 2009, p.58).

Este processo de *desumanização da natureza* é completado pela *desnaturalização do homem*. Aqui a relação de separação e externalidade do homem se completa, em uma concepção



de natureza fechada em si mesma, externa a tudo que não seja físico-matemático e preditivo. Ou seja, o homem passa a ser abordado como a externalidade da natureza, já que a natureza é vista como a externalidade do homem. Homem e natureza se opõem, consolidando a dicotomia sociedade-natureza, característica da ciência moderna.

Assim, aquilo que a sociedade concebe como natureza não tem nada de natural, são construções oriundas de contextos histórico-sociais que envolvem interesses dominantes. Na prática estas formulações envolvem uma relação utilitarista da natureza, que corrobora com o sistema econômico atual. Ao tornar esta forma de entender a natureza como hegemônica, observa-se a deslegitimação de formas outras de se pensar ou mesmo de coexistir com a natureza, ao mesmo tempo em que se “naturaliza” uma determinada forma social de se apropriar dela.

A crise da relação sociedade-natureza se materializa pela forma de apropriação, que está vinculada tanto com uma construção social e hegemônica da concepção de natureza, como abordado, como também pelos mecanismos constituintes desta relação como, por exemplo, o trabalho enquanto processo de produção que transforma a natureza pela atividade social.

Por isso, para identificar os aspectos fundamentais desta crise é preciso se direcionar para a abordagem dos elementos que condicionam as formas de apropriação.

No que se refere aos mecanismos fundamentais desta relação, vinculada com a produção e transformação da natureza pelo trabalho social, tem-se que sua engrenagem está inserida nas lógicas do modo de produção hegemônico, ou seja, no sistema econômico capitalista, que vai orientar a forma de apropriação da sociedade pela natureza conforme as suas normativas.

De forma geral, isso vai se traduzir em uma relação que objetiva a transformação tanto da natureza como do trabalho em aspectos fundamentais para a produção de mercadorias, de valorização e de ampliação da acumulação de capital.

Como resultado destas engrenagens de funcionamento identifica-se uma *crise ecológica*, vinculada com os processos cada vez mais complexos e multiescalares de degradação e poluição dos ecossistemas naturais, em correlação com uma crise do modelo de sociedade capitalista, ou seja, com uma crise do modo de produção, que orientam uma relação sociedade-natureza ecologicamente e socialmente insustentável.

A crise ecológica foi concebida em sua relação com o capitalismo e os seus mecanismos de acumulação de capital, por meio da expropriação, apropriação e exploração da natureza e da sociedade (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011).



Uma das principais características do capitalismo foi a de se apropriar dos elementos fundamentais de produção e atribuição de valor e riqueza, ou seja, o trabalho e a natureza (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011).

Este processo se deu, principalmente, por meio da desvinculação dos sujeitos dos meios de subsistência e de produção. Esta desvinculação esteve articulada com mecanismos como a expropriação, o estabelecimento do regime de propriedade privada, a mercantilização e a exploração (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011).

Estes mecanismos foram relevantes para a acumulação de capital, abordada por Marx, no contexto da chamada acumulação primitiva, enquanto um processo histórico e social que resultou no enriquecimento de determinados grupos sociais em detrimento do empobrecimento e submissão de outros. Este processo vinculado à gênese do capitalismo, mas não se limitando a ela, se inicia em meados do século XIV e XV (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011).

A chamada acumulação primitiva se deu pela expropriação violenta dos trabalhadores diretos, em especial dos camponeses, do controle dos meios necessários para a sua subsistência (MARX, 2011).

Foi mediante a acumulação primitiva que a mercantilização do trabalho e da natureza se consolidaram. No caso do trabalho sua transformação em mercadoria se deu justamente com a criação do contingente de trabalhadores livres, desprovidos dos meios de subsistência e produção, que disponibilizassem a venda da sua força de trabalho, enquanto obrigatoriedade, já que o trabalho assalariado passa a ser uma necessidade para a manutenção de sua vida. Esta venda significou a sua alienação, por meio da transferência do elemento gerador de valor para a gerência de outro, para aquele que detenha os meios de produção (MARX, 2011)

A desvinculação do trabalho da sua realização direta com a natureza, possibilitou que a própria natureza também fosse alienada e transformada em mercadoria. Um elemento de relevância neste processo é justamente o estabelecimento da propriedade privada (FOSTER, 2000; MÉSZÁROS, 2007; SANTOS, 2015).

Para Harvey (2016, p.52), a propriedade privada é responsável por estabelecer “[...] o direito de posse exclusiva de uma coisa ou processo, quer seja usado ativamente, quer não”. É por meio do direito à propriedade privada que se confere o direito de vender (alienar) aquilo que se possui.

Este aspecto gera a diferenciação “[...] entre os chamados direitos de usufruto (que correspondem ao uso ativo) e direitos de propriedade exclusivos e permanentes” (HARVEY, 2016, p.52). Entre os direitos de usufruto e a propriedade privada há uma diversidade de direitos de propriedade comum, ou seja, confinados a uma dada coletividade.





Porém, o que se identifica é um processo concomitante de fim dos direitos de usufruto e o cercamento dos bens comuns, que resultaram “[...] na predominância de um sistema de direitos de propriedade privada individualizada, respaldado pelo poder estatal, como a base para as relações de troca e comércio. Essa é a forma consistente com a acumulação e a circulação do capital” (HARVEY, 2016, p.54).

Para que algo se constitua como propriedade privada, o objeto ou processo tem que ser claramente delimitado, nomeável e identificável. Mas nem tudo o que se é considerado ou tratado como propriedade é suscetível a esta condição (HARVEY, 2016).

No caso de elementos da natureza, como o ar e a atmosfera, é difícil imaginar como eles podem ser divididos em itens de propriedade para compra e venda. Porém, o capitalismo tem avançado a ponto de estender os regimes de direito de propriedade privada individualizada à aspectos do mundo natural e social para garantir os direitos de propriedade (HARVEY, 2016).

Na América Latina este histórico de exploração da natureza e da sociedade data do início da colonização. Uma região que ficou marcada como uma área de expansão do tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático, um colonialismo que teve início com o processo de conquista (FERNANDES, 1975).

Para Acosta (2016) a perpetuação da dependência externa e os papéis desempenhados por grande parte dos países do Sul Global na economia mundial estiveram vinculadas com o histórico de sustentação de suas economias, prioritariamente, nas relações de extração e exportação da natureza por meio do extrativismo, enquanto modalidade de acumulação primário-exportadora, que começou a ser forjada com o processo de colonização da América, Ásia e África (ACOSTA, 2016; ACOSTA, BRAND, 2018).

Com o neoliberalismo houve uma interiorização da acumulação por desapossamento nas principais regiões do capitalismo, embora tenha se ampliado e se aprofundado em todo o sistema global, reproduzindo estas práticas que vão resultar na tendência de empobrecimento crescente de grande parte da população, aumentando a desigualdade entre as classes sociais.

Como exemplo, no âmbito social, estes processos de desapossamento tem gerado a massiva expropriação dos povos tradicionais e do campo, resultando no aumento expressivo da classe de trabalhadores e em um exército de reserva que possibilita a adoção de medidas de desvalorização do trabalho, tanto por meio do aumento da taxa de exploração como da precarização da vida dos trabalhadores, através da supressão dos seus direitos que vai representar o aumento da acumulação de capital (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Com relação a natureza, os mecanismos de expansão do capitalismo se manifestam na conversão dos meios de vida em capital, ou seja, em meios de produção de mais-valor. Sua



manifestação vai desde a manutenção do controle do acesso à terra, a produção e a comercialização de alimentos, que tem gerado cadeias alimentares globais de monopolização da comida, como também em estratégias de controle da reprodução da própria natureza, no seu nível mais molecular, por meio da engenharia genética, da reprodução de plantas e animais, dos transgênicos, dos agrotóxicos e fertilizantes químicos etc. (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Como visto, a dominação e exploração da natureza e do trabalho, enquanto fontes de riqueza e valor, se tornaram mecanismos fundamentais de acumulação de capital. Este processo se deu, principalmente, pela mercantilização e pelo estabelecimento da propriedade privada, enquanto uma desvinculação do trabalho da sua realização direta com a natureza.

Estes aspectos foram a base de um modelo de sociedade fundada nos pilares da modernidade, da ciência e do capitalismo. Uma sociedade de classes que se estabelece tanto pelo domínio ou expropriação dos meios de produção, da geração de mais-valia e da acumulação de capital, como também pela apropriação desigual da natureza.

Assim, esta crise ecológica se funda na normalização e potencialização da exploração indissociável da natureza e da sociedade, dentro do modo de produção capitalista, que ao controlar a produção, o consumo e a distribuição em escala global, alcançou o seu potencial máximo.

Este capitalismo global significou uma globalização da exploração da natureza, reproduzindo as suas contradições. Uma economia neoliberal que resultou tanto no aumento da produção material e na perpetuação das relações de dependência e exploração das nações e dos povos, como também inaugurou uma crise ecológica com novas roupagens, enquanto expressão de outras formas de apropriação da natureza pelo capitalismo.

Na América Latina, especialmente no território brasileiro, estas formas de apropriação estão vinculadas com heranças coloniais de exploração e dominação que se reproduzem nos padrões de exportação da natureza em um modelo agrário capitalista. Estes aspectos foram abordados dentro do contexto de uma crise agrária.

A crise agrária é importante quando se considera as formas de apropriação da natureza no Brasil, dado o histórico de incorporação e exploração das terras pela agricultura capitalista.

A agricultura é a cultura dos povos. Esta vinculação se origina no seu processo de significação. A palavra cultura tem sua origem do latim *colere*, que significa culto, cultivo, assim a agricultura seria entendida como a cultura do campo, a cultura das formas de cultivar (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No processo de advento da agricultura, os grupos humanos se diferenciaram culturalmente, em especial por intermédio das práticas de cultivo que se estabeleceram,



concomitantemente, com diferentes formas de extrativismo, do convívio em terras de uso comum, com as áreas de pastagem para a criação de animais ou pela coleta de madeira, ervas medicinais, frutos etc. Ou seja, se estabeleceram por meio de diferentes formas de se territorializar e coexistir com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Neste contexto, o ato de cultivar plantas e criar animais, ao mesmo tempo em que garantiria o acesso ao alimento, também era incorporado como parte da cultura dos povos, enquanto um elemento fundamental na constituição de seus territórios.

Esta interdependência entre produzir alimentos enquanto aspecto cultural importante, que diferencia os povos, que territorializa suas ações no espaço geográfico e que sustenta a sua alimentação, com base em cultivares específicos de determinadas condições sociais e ecológicas, cedeu lugar, ao longo da história, ao advento da agricultura na forma de monoculturas, uma agricultura que tem se caracterizado por ser desconectada da diversidade, seja ela biológica, cultural ou territorial, uma agricultura que distancia e desarticula os lugares de produção dos lugares de consumo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esta forma de produzir alimento foi forjada para se adequar à sociedade capitalista, na qual a terra e o alimento são mercadorias, e a produção busca garantir não mais o acesso a comida, mas o atendimento das demandas de mercados cada vez mais distantes e que permitam a reprodução e acumulação de capital (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Aqui se aplicam os mecanismos de desconexão, de alienação, característicos do modo de produção capitalista, representados, principalmente, pela expropriação, privatização e exploração dos meios de geração de valor (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O alimento passa a ser desvinculado, tanto do território, da natureza, como de quem o produz. O seu cultivo deixa de significar a garantia de acesso a comida e passa a crescer ao lado da insegurança alimentar. Produzir alimento não mais representa o combate à fome, esta passa a ser determinada pela possibilidade de se pagar para comer.

Aqui a diversidade dá lugar à simplificação. A produção de uma variedade de espécies vegetais e animais, características da biodiversidade natural, é substituída pelo cultivo de uma limitada quantidade de espécies, determinadas pelas práticas de cultivo replicáveis em larga escala e com preços vantajosos. A lógica não é produzir uma grande variedade de alimentos, mas garantir o aumento da produtividade ao vincular a acumulação de capital à quantidade produzida.

As diferentes formas de territorialização e de coexistir com a natureza passam a ser suprimidas e cedem lugar a uma lógica de padronização das formas de apropriação, que vão se



materializar no território por meio da concentração de terras e dos latifúndios. Este modelo de organização espacial se estrutura por meio de estratégias de maximização da produção e emprego de determinadas técnicas agrícolas, copiladas em pacotes tecnológicos.

Este modelo de produção agrícola historicamente tem se configurado como um intensificador e reproduzidor dos processos de exploração da natureza e da sociedade, gerando degradação e poluição dos ecossistemas, a desigualdade da estrutura fundiária, a deslegitimação da diversidade cultural dos povos e das formas de coexistir com a natureza. (PRADO JÚNIOR, 1961; PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2007; BASSI, 2018; GLASS, 2018; FERNANDES, 2009; MARTINS, 2010).

Com relação ao trabalho identifica-se a substituição dos postos de trabalho pela mecanização da produção, o aumento da informalidade e das condições de precarização, a insegurança alimentar e a pobreza, bem como a intensificação dos conflitos no campo, articuladas com as medidas de expropriação e criminalização de determinados grupos sociais (PRADO JÚNIOR, 1961; PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2007; BASSI, 2018; GLASS, 2018; FERNANDES, 2009; MARTINS, 2010).

Com relação a natureza há diferentes mecanismos de degradação, perda da biodiversidade e poluição, vinculados com a aplicação intensiva de fertilizantes e agrotóxicos, o aumento do uso de espécies transgênicas e com alterações de engenharia genética patenteadas por corporações de controlam a produção e comercialização de *commodities*, a compactação e empobrecimento do solo, o uso intensivo de água na produção, o desmatamento para incorporação de novas terras etc. (BOMBARDI, 2017; VASCONCELOS, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do debate proposto foi possível identificar as principais contradições das crises enunciadas e de como elas se articulam tanto com a reprodução das contradições do modelo de sociedade, como também configuram uma crise da relação sociedade-natureza.

Com relação a crise do pensamento científico identificou-se a importante relação entre a construção do pensamento científico na modernidade, a concepção socialmente construída de natureza e de como este processo esteve vinculada com contextos histórico-sociais de reprodução dos discursos dominantes de uma classe dominante, característica do momento de consolidação do capitalismo, dos mecanismos de expropriação de terras e do estabelecimento da propriedade privada.



Este contexto se configura como um aspecto importante para entender a construção de uma ideia de separabilidade da sociedade-natureza, da fragmentação do conhecimento, da abordagem utilitarista da natureza.

No que tange a crise ecológica percebe-se a sua relação com a reprodução das contradições da apropriação da natureza e da sociedade no capitalismo, por meio dos mecanismos de acumulação de capital como a expropriação, apropriação e exploração. Aqui os indivíduos são apropriados pelo capitalismo por meio da alienação das forças produtivas e das formas de precarização da vida e do trabalho. A natureza, por sua vez, é submetida a privatização, ao acesso desigual e as estratégias de controle da reprodução da própria natureza.

Por fim, a crise agrária se configura como a reprodução das contradições oriundas das heranças coloniais de expropriação e da exploração intensiva da natureza e dos sujeitos por meio do modelo agrícola capitalista.

Ao identificar as contradições das crises do paradigma científico, associada com as formas sociais de se conceber natureza, a crise ecológica enquanto materialização das formas de apropriação social da natureza e a crise agrária, enquanto expressão e reprodução dos padrões de dominação e exploração capitalista da natureza e da sociedade, percebe-se que todas elas indicam contradições importantes daquilo que denominamos de crise da relação sociedade-natureza. E, por isso, pensar em sua superação nos leva a pensar na superação das contradições destas outras crises.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neextrativismo: Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ACOSTA, A.; BRAND. **Pós-extrativismo e decrescimento: Saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.

BASSI, B. S. Latifúndio: quem são os donos da terra no Brasil? In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH-USP, 2017.

FERNANDES, B. M. Sobre as tipologias de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p.197-216, 2009.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2º ed, 1975.



FOSTER, J. B. **La ecología de Marx: Materialismo y naturaleza.** Madrid: El Viejo Topo, 2000.

GLASS, V. Conflitos e resistência: lutas de morte ou vida. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Para entender o capital: Volume I.** São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. In: **Caderno CRH**, nº67, v.26, p. 79-86, 2013.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Contexto, 9ªed, 2010.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política, livro 1: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editora, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes feuerbach, bauer e stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.

MÉSZAROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2006, p.191.

MOSÉ, V. **Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea.** Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo (colônia).** São Paulo: Brasiliense, 6ªed, 1961.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, M. **Um Discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna.** Estudos Avançados, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SANTOS, R. A. **Natureza, alienação e capitalismo em Marx**: uma crítica da sustentabilidade. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1984.

VASCONCELOS, Y. **Agrotóxicos na berlinda**. Pesquisa Fapesp, ed. 271, set. 2018.  
Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/09/18/agrotoxicos-na-berlinda/> >.  
Acesso em: 13/04/2021.